



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3153 - Pôster - XIV ANPED-CO (2018)
GT 08 - Formação de Professores

As parcerias público-privada nas escolas públicas e as consequências na formação docente
Renata Bento Leme - UEL - Universidade Estadual de Londrina
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A oferta da educação pública sofre alterações conforme o sistema capitalista passa por suas crises cíclicas. A classe dominante, detentora do capital e dos meios de produção, encontrou no campo educacional um meio de difundir suas ideias e de perpetuar a estrutura da sociedade que é pautada no modo de produção capitalista. Os defensores do neoliberalismo acabam por desqualificar a escola pública, colocando a necessidade de renovação da escola para uma lógica mercantil e de privatização. As políticas educacionais acabam por representar os interesses da classe dominante, assim, podemos perceber que a partir da Reforma do Estado, em 1995, as parcerias público-privada se intensificaram de modo a garantir que os chamados “empresários da educação” se beneficiassem com a oferta da educação. Parte-se da questão: qual a influência das parcerias público-privada na oferta da educação? O objetivo do atual texto é verificar as influências dos empresários da educação na elaboração das políticas educacionais, e analisar que as políticas educacionais elaboradas pelo empresariado que tende a precarizar o trabalho docente.

Palavras-chave: Parceria público-privada; Políticas Educacionais; Formação de professores

As parcerias público-privada nas escolas públicas e as consequências na formação docente

Resumo: A oferta da educação pública sofre alterações conforme o sistema capitalista passa por suas crises cíclicas. A classe dominante, detentora do capital e dos meios de produção, encontrou no campo educacional um meio de difundir suas ideias e de perpetuar a estrutura da sociedade que é pautada no modo de produção capitalista. Os defensores do neoliberalismo acabam por desqualificar a escola pública, colocando a necessidade de renovação da escola para uma lógica mercantil e de privatização. As políticas educacionais acabam por representar os interesses da classe dominante, assim, podemos perceber que a partir da Reforma do Estado, em 1995, as parcerias público-privada se intensificaram de modo a garantir que os chamados “empresários da educação” se beneficiassem com a oferta da educação. Parte-se da questão: qual a influência das parcerias público-privada na oferta da educação? O objetivo do atual texto é verificar as influências dos empresários da educação na elaboração das políticas educacionais, e analisar que as políticas educacionais elaboradas pelo empresariado que tende a precarizar o trabalho docente.

Palavras-chave: Parceria público-privada; Políticas Educacionais; Formação de professores

Gestão Pública e a publicização

Os chamados reformadores empresariais da educação apresentam-se como a forma adequada de consertar o sistema educacional via iniciativa privada. O Movimento surgiu em 1980 com a publicação do relatório Nation at Risk (National Commission on Excellence in Education, 1983). Neste relatório descreviam a situação de caos das escolas estadunidenses se encontravam, o que segundo os empresários, definiam como grande comprometimento na competitividade dos rankings internacionais.

A vinculação de empresários nas políticas educacionais transformou o novo sistema educacional, pautado em testes padronizados, em um negócio lucrativo. Para isso, criaram uma crise dentro de um contexto específico que colocou os educadores como os causadores do caos educacional. As técnicas usadas para avaliar a situação das escolas eram questionáveis, os métodos e análise de dados era enganoso, o que ocasionou na distorção dos resultados de relatórios e conseqüentemente a esquemas equivocados para reformar a educação, tais esquemas só trariam prejuízos ao sistema educacional.

No Brasil, a partir da Reforma do Estado, as parcerias público-privadas intensificaram na oferta dos serviços públicos. O papel do Estado como provedor de serviços foi redefinido e pautou-se na lógica de que a intervenção do Estado ameaçava a liberdade econômica e política. Assim, a partir do Plano Diretor (1995), idealizado pelo então ministro Bresser Pereira, as políticas sociais foram repassadas para as organizações sociais. A propriedade estatal foi deslocada para o chamado público não estatal. No período atual há uma nova configuração: a propriedade continua sendo pública, mas com parceria privada para gestão. A relação entre público-privado muda, e assim é redefinido também o papel do Estado. As consultorias de empresas privadas têm sido usadas para demonstrar a ineficaz do Estado.

[...] são apelos do mercado para conseguir persuadir gestores públicos na adoção de uma visão do “papel do Estado”, cuja função é controlar a “performance” em lugar de assumir e executar políticas sociais que se aproximem dos cidadãos. A visão por eles defendida é do mundo empresarial, onde as falhas corporativas na falta de resultados positivos são solucionadas com o fechamento das filiais ou a demissão dos empregados incompetentes. (BITTENCOURT; OLIVEIRA, 2013, p. 176)

Os avanços do pensamento neoliberal sustentam a nova gestão pública por meio das parcerias público-privado, mais precisamente a publicização tem sido o meio de empresários tomarem posse da gestão escolar. Com a globalização inerente ao modo de produção capitalista que buscou alastrar o comércio internacional e intensificou o mercado global, aprofundou a competitividade no mercado internacional e trouxe como objetivo crucial, a necessidade de mudanças que sustentaram as reformas políticas adotadas na década de 1990. A competitividade no mercado internacional, com a intensificação da globalização, foi uma fonte encontrada para o avanço do modo de produção capitalista. Porém, uma nova configuração do Estado era necessária para que passasse a funcionar como um mercado, diminuindo gastos, e passando para outros setores os serviços gestão dos serviços públicos. O Estado mínimo era necessário para que fosse superado a crise do capital, assim, prevaleceu a ideia de que o mercado deveria suprir as falhas do Estado, para que ele fosse eficiente e produtivo.

Os valores do mercado foram incluídos de diferentes formas na estrutura do Estado, por exemplo, privatização, contratação de serviços externos, taxaço de serviços e, mais recentemente, parcerias entre público e privado. Tem-se um modelo de organização do Estado cada vez mais orientado pelo pragmatismo, voltado para os interesses do mercado e para a alta produtividade, a eficiência e a eficácia, dentro de um novo pacto gerencial. (SILVA; CARVALHO, 2014, p. 217)

Nesta perspectiva, o Estado assumiu um caráter gerencialista que prioriza a eficiência, reduz gastos com o setor público, controla e introduz métodos avaliativos de desempenho individual. O gerenciamento está embasado no controle de qualidade que visa estabelecer padrões. Ainda, o gerenciamento se divide em dois tipos: controle cotidiano por meio de processos repetitivos, que requer planejamento e execução; o outro visa a construção da organização, busca a melhoria dos processos e do enfrentamento da competição.

A escola pública estatal sofreu alterações no currículo, nas formas de avaliação e de organização do trabalho educativo, “[...] o Estado Avaliador e, conseqüentemente, o Estado Regulador, está presente de várias formas na realidade educacional, mas, principalmente, nas avaliações externas” (SILVA, CARVALHO, 2014, p. 220). As avaliações tornaram-se meio de regulação da educação. Os instrumentos avaliativos seguem a lógica do “quase mercado” e coloca critérios de eficiência, produtividade e competitividade nos espaços educativos. Os resultados são privilegiados, e a classificação da escola nos testes padronizados aparece como uma amostragem falaciosa de meritocracia. A qualidade está ligada e subordinada a competitividade que considera apenas os

aspectos quantitativos descarta, através de testes padronizados, as verdadeiras causas dos problemas enfrentados pelas escolas públicas, pois o objetivo é apresentar em números a ineficiência do serviço público. Dentro desta lógica, o Estado não pode ser responsável pela educação, já que esta não traz lucros para o sistema capitalista, assim é preciso dar a oferta de educação um meio utilitarista, seja por meio de formação de mão de obra para o mercado de trabalho, seja privatizando as escolas públicas. O campo educacional se torna um mercado competitivo para as empresas especialistas em serviços educativos, a privatização levaria a competição entre as escolas e culminaria em “educação de qualidade”, sem que ocorra a intervenção do Estado, a competição aconteceria naturalmente, e a educação seria um bem de consumo a ser adquirido pelos sujeitos.

Considerações finais

A escola perde sua função de formação emancipadora, e o professor torna-se apenas um “treinador” de provas, pois a “qualidade” que os empresários buscam no ensino é medida por testes padronizados. A premiação para os “resultados com valor” leva a competição entre professores e escolas, não há ajuda mútua nos espaços educativos, pois a forma de premiar acaba por desarticular a classe de professores. A isto também é agregado a responsabilização dos sujeitos, o fracasso escolar, assim como o sucesso escolar exposto como meritocracia, recai nos professores, alunos e escola. Como afirma Freitas (2012, p. 383), “Este neotecnismo se estrutura em torno a três grandes categorias: responsabilização, meritocracia e privatização.”

Os professores perdem o controle do que ensinam em sala de aula, a educação passa a ser mais pautada na competência humana. Diferenciam o comportamento dos resultados do próprio comportamento, sendo necessário um reforço (premiar) para que se obtenha “resultados com valor”. O comportamento acaba sendo um fim para obter “sucesso” nas salas de aula, não é o meio para se alcançar o ensino-aprendizagem, ele é a própria aprendizagem. Busca-se o bom comportamento dos alunos ao invés de lhes oferecer conteúdos. Somado aos resultados em testes padronizados, a escola torna-se uma mera formadora de mão de obra para inserir sujeitos com pouca instrução, somente a necessária como saber ler e escrever, no modo de produção capitalista. De acordo com Saviani, no neotecnismo o processo educativo é reorganizado a fim de torná-lo objetivo e operacional, inspirados no princípio da racionalidade, eficiência e produtividade, o processo define a função do professor e do aluno, partindo de um pressuposto da neutralidade científica.

Referências

BITTENCOURT, J. M. V., OLIVEIRA, M. de F. *A influência das consultorias internacionais nas decisões das políticas educacionais no Brasil*. In: Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 175-197.

FREITAS, Luiz Carlos. *Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação*. Educ. Soc. Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr-jun. 2012.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, M. S. P. da. CARVALHO, L. S. C. *Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública*. Revista Educação em Questão, Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set./dez. 2014.